



**ACÓRDÃO Nº266/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº11615/2019.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual

**3- Órgão:** Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – SEJUSC

**4- Exercício:** 2018

**5- Responsável:** Eliane Ferreira da Silva (Ordenador de Despesa), Jackeline Tavares da Silva (Ordenador de Despesa), Arthur Cesar Zahluth Lins (Ordenador de Despesa), Clizares Doalcei Silva de Santana (Ordenador de Despesa).

**6- Advogado:** Patrick de Souza Cruz - OAB/AM 13259

**7- Unidade Técnica:** DICAD.

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7747/2022-DIMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.

**9- Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – SEJUSC. Exercício de 2018.

*Revelia. Regularidade com ressalvas. Quitação. Recomendação. Determinação. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Considerar revel o Sr. Clizares Doalcei Silva de Santana**, Ordenador de Despesas, no período de 01/01 a 08/01/2018, por não apresentar razões de defesa no prazo regimental, com fulcro nos art. 20, §4º, da Lei nº 2.423/1996 c/c art. 88 da Resolução 04/2002-TCE/AM;

**10.2. Considerar revel a Sra. Eliane Ferreira da Silva**, Ordenadora de Despesas, no período de 08/01 a 25/04/2018, por não apresentar razões de defesa no prazo regimental, com fulcro nos art. 20, §4º, da Lei nº 2.423/1996 c/c art. 88 da Resolução 04/2002-TCE/AM;

**10.3. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da**



**ACÓRDÃO Nº266/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania - SEJUSC, de responsabilidade dos **Srs. Clizares Doalcei Silva de Santana** (no período de 01/01/2018 a 08/01/2018), **Arthur César Zahluth Lins** (no período de 08/01/2018 a 25/04/2018), **Eliane Ferreira da Silva** (no período de 25/04/2018 a 13/08/2018 e 05/11/2018 a 31/12/2018) e **Jackeline Tavares da Silva** (no período de 13/08/2018 a 05/11/2018), Ordenadores de Despesas nos seus respectivos períodos, no curso do exercício 2018, nos termos do art. 22, inciso II, e 24 da Lei nº 2.423/96 c/c art. 188, § 1º, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

**10.4. Dar quitação** aos **Srs. Clizares Doalcei Silva de Santana, Arthur César Zahluth Lins, Eliane Ferreira da Silva e Jackeline Tavares da Silva**, nos termos dos arts. 24 e 72, inciso II, ambos da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 189, inciso II, da Resolução nº 04/2002–TCE/AM;

**10.5. Recomendar** à Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos - Sejusc que:

10.5.1. Mantenha atualizada em seus arquivos a Declaração de Bens dos gestores, em cumprimento ao artigo 13, § 1º e § 2º, da Lei nº 8.429/1992 e artigo 289, § 1º e § 2º, da Resolução nº 04/2002-TCE;

10.5.2. Que sejam desenvolvidos normativos para o cumprimento do efetivo enquadramento dos servidores e funções de acordo com as exigências contidas na Lei Ordinária nº 3.510, de 21 de maio de 2010, o Decreto nº 25.584, de 28 de dezembro de 2005 e a Portaria nº 011/2006 – GS/SEAD, de 24 de março de 2006;

10.5.3. Que sejam disponibilizados os Relatórios de execução dos Contratos de Gestão a fim de que possam ser realizados comparativos entre as metas propostas com os resultados alcançados;

**10.6. Determinar** à SEPLENO - Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências dispostas no art. 162 da Resolução 04/2002 - TCE/AM, dentre elas, dar ciência aos interessados sobre o julgamento do processo, encaminhando-lhes cópia do Relatório/Voto e do deste Acórdão;

**10.7. Arquivar** o processo, após o cumprimento integral do decisório, nos termos regimentais.

**11- Ata:** 5ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.



**ACÓRDÃO Nº266/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**12- Data da Sessão:** 28 de Fevereiro de 2023

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Luis Fabian Pereira Barbosa e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro Relator

**ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES**  
Procuradora-Geral, em substituição